



Plano de Trabalho - TERRACAP/CONAD/AUDIT

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

Conselho de Administração
Auditoria Interna



Terracap

Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

PAINT

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – AUDIT - 2022



1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT - 2022 tem o objetivo de atender às necessidades da TERRACAP, e com isso, programar racional e harmonicamente as atividades da Auditoria Interna.

O presente planejamento considerou a edição da Lei nº 13.303/2016 que dentre outras inovações no âmbito da gestão pública, determinou que as empresas públicas devem observar em suas práticas de governança corporativa regras de transparência, gestão de riscos, compliance e controle interno, com o objetivo de tornar a gestão o mais eficiente e eficaz no uso dos recursos, com compromisso social e sustentabilidade econômica e ambiental.

O PAINT de 2022 aborda as ações que a Auditoria Interna da Terracap considera relevantes para o fortalecimento e aprimoramento da gestão das unidades internas.

Para atingir esse objetivo, o Plano prevê dentre outras atividades, a realização de auditorias em áreas críticas na Empresa.

O planejamento contempla também, as atividades administrativas e de gestão da própria AUDIT, e as capacitações dos colaboradores, que contribuem para o aperfeiçoamento das atividades desempenhadas por estes setores.

Para fins de elaboração do presente PAINT, calculou-se a capacidade operacional da AUDIT, correlacionando-as com as atividades desempenhadas por cada uma das áreas.

Nos tópicos seguintes será apresentada a estrutura da Terracap, a composição da força de trabalho, bem como as atividades previstas para serem realizadas no exercício de 2022.

2. A TERRACAP

A Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, empresa pública integrante do complexo administrativo do Distrito Federal, é regida pela Lei Distrital nº 4.586, de 13 de julho de 2011, pela Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, pela Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, por seu Estatuto e, subsidiariamente, pela legislação aplicável às sociedades por ações.

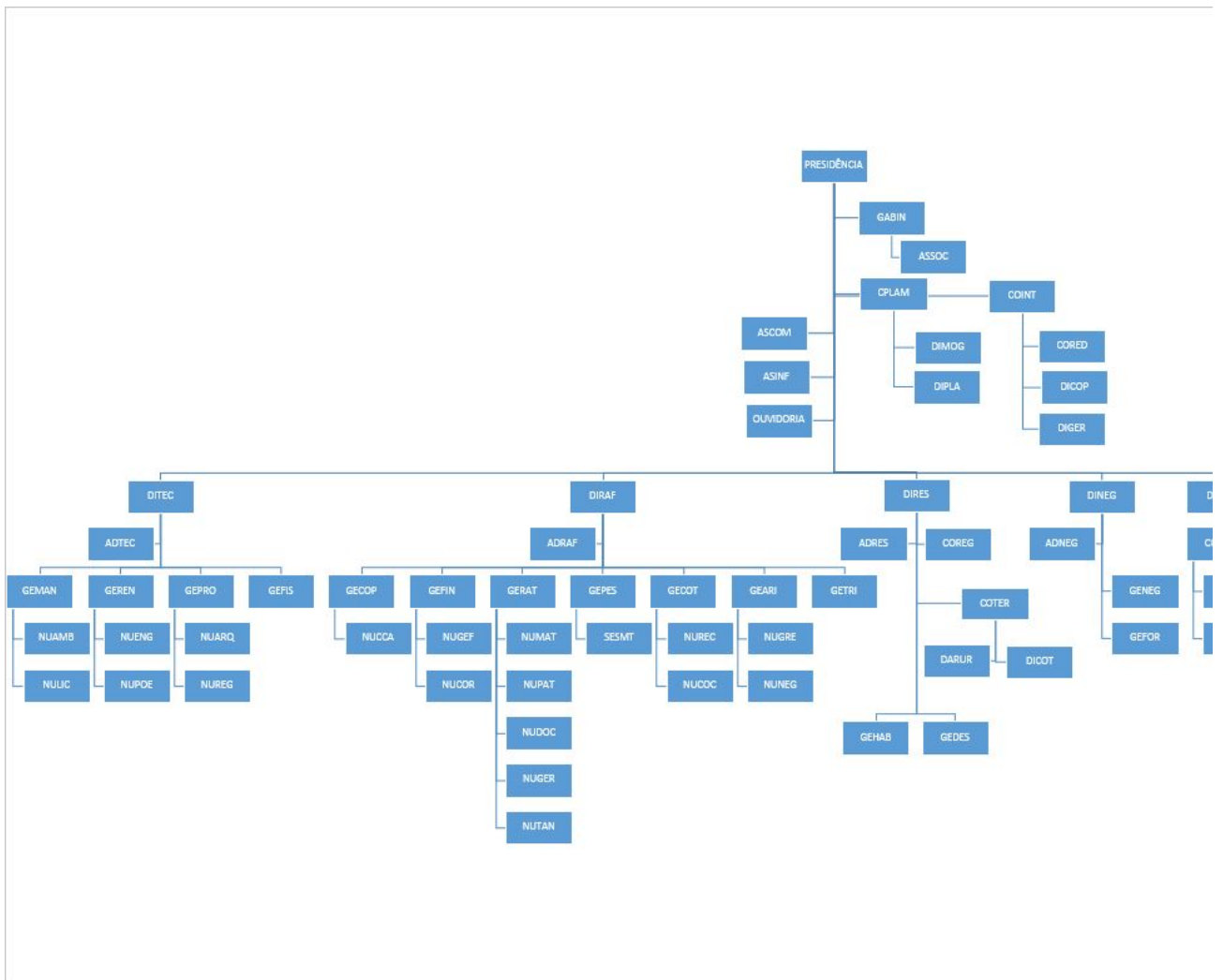
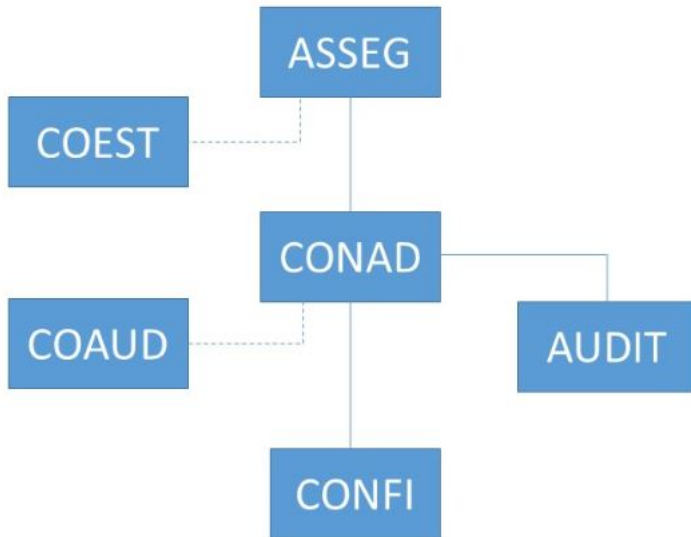
Foi criada para suceder a antiga Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Nessa vertente, a TERRACAP foi criada pela Lei nº 5.861/1972, que autorizou o desmembramento da NOVACAP, mediante alteração de seu objeto e constituição da TERRACAP.

Nesse sentido, segundo os dispositivos legais, à TERRACAP compete, essencialmente, executar as atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, objeto de utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens. Portanto, é regida pela sua lei de Criação, pelo seu Estatuto Social e, subsidiariamente, pela Lei das Sociedades por Ações.

A par disso, esta Empresa Pública, após a aprovação da Lei nº 4.586, de 13 de julho de 2011, passou a ter a função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal e não somente de imobiliária. Trata-se de uma profunda transformação em suas funções estatutárias, tornando-as mais abrangentes e com maior responsabilidade social.

2.1.A ESTRUTURA DA EMPRESA

De acordo com o Regimento Interno e em atenção a Lei nº 13.303/2016, atualmente a TERRACAP possui a seguinte estrutura administrativa para a execução de suas finalidades institucionais, com posição de junho de 2021:



2.2.DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022 A 2026 DA TERRACAP

O planejamento Estratégico 2022/2026 tem como objetivo implementação e execução de políticas de desenvolvimento econômico e social ao Distrito Federal nos próximos cinco anos, aprovado pela Decisão CONAD nº 12/2021, de 09/12/21.



Dentre outros objetivos, o Plano será focado em "Assegurar a gestão das terras públicas de forma sustentável, com responsabilidade social, ambiental e econômica, fomentando negócios e ofertando empreendimentos imobiliários no DF, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade", como incentivo a atividade produtiva, incentivo ao setor agropecuário, respeitadas a função social da terra, com responsabilidade ambiental, conforme indicadores estratégicos e suas divisões descritas abaixo:

Portfólio de Indicadores Estratégicos

j) Perspectiva "Sociedade e Governo"

Objetivo nº 01: Contribuir para o Ordenamento da Ocupação e Uso do Solo

Indicador			
IE 01 – Lotes com venda ou concessão autorizada para entidades religiosas e de assistência social			
Responsável	Diretoria de Regularização Social e Desenv. Econômico - DIRES		
Fórmula	Quantidade de lotes com venda ou concessão autorizada para entidades religiosas e de assistência social		
Metas			
2022	100 Lotes autorizados	1º Trimestre	25
		2º Trimestre	25
		3º Trimestre	25
		4º Trimestre	25
2023	110		
2024	120		
2025	130		
2026	140		

Indicador			
IE 02 – Regularização Urbana			
Responsável	Diretoria de Comercialização - DICOM		
Fórmula	Quantidade de lotes disponibilizados nos editais para venda direta		
Metas			
2022	2.840 Lotes Disponibilizados	1º Trimestre	873
		2º Trimestre	502
		3º Trimestre	765
		4º Trimestre	700
2023	2.175		
2024	1.776		
2025	1.250		
2026	3.992		

Objetivo nº 02: Contribuir para a Preservação e Melhoria do Meio Ambiente

Indicador			
IE 03 – Percentual de cumprimento das compensações ambientais/florestais			
Responsável	Diretoria Técnica - DITEC		
Fórmula	Valor pago em compensações ambientais e florestais/Total devido para os próximos anos (R\$ 31 milhões)		
Metas			
2022	12% (R\$ 3,72 Milhões pagos em compensação ambiental)	1º Trimestre	3% (R\$ 930 mil)
		2º Trimestre	3% (R\$ 930 mil)
		3º Trimestre	3% (R\$ 930 mil)
		4º Trimestre	3% (R\$ 930 mil)
2023	11,50% (R\$ 3,565 Milhões)		
2024	11,50% (R\$ 3,565 Milhões)		
2025	11,50% (R\$ 3,565 Milhões)		
2026	11,50% (R\$ 3,565 Milhões)		

Objetivo nº 03: Promover o Desenvolvimento Econômico-Social e a Qualidade de Vida

Indicador			
IE 04 – Lotes com venda ou concessão autorizada para programas de desenvolvimento			
Responsável	Diretoria de Regularização Social e Desenv. Econômico - DIRES		
Fórmula	Quantidade de lotes com venda ou concessão autorizada em programas de desenvolvimento		
Metas			
2022	100 Lotes autorizados	1º Trimestre	20
		2º Trimestre	25
		3º Trimestre	25
		4º Trimestre	30
2023	110		
2024	120		
2025	130		
2026	140		

Indicador				IE 05 – Projetos de Governo			
Responsável		Presidência - PRESI					
Fórmula		Quantidade de entregas de projetos de infraestrutura do governo do DF					
				Metas			
2022	2 Entregas DF-095 - R\$ 55,9 Milhões Águas do DF - R\$ 162,7 Milhões	1º Trimestre		0			
		2º Trimestre		0			
		3º Trimestre		0			
		4º Trimestre		2			
2023	2						
2024	0						
2025	0						
2026	0						

ii) Perspectiva “Clientes, beneficiários e mercado”

Objetivo nº 04: Ampliar a Oferta de Empreendimentos Ambiental e Economicamente Sustentáveis

Indicador				IE 06 – Lotes novos disponibilizados para comercialização			
Responsável		Diretoria Técnica - DITEC					
Fórmula		Quantidade de lotes registrados para venda (estoque)					
				Metas			
2022	1.398 Lotes registrados para venda	1º Trimestre		100			
		2º Trimestre		8			
		3º Trimestre		1.020			
		4º Trimestre		270			
2023	1.432						
2024	417						
2025	200						
2026	1.200						

Objetivo nº 05: Garantir a Regularidade do Patrimônio Fundiário

Indicador	IE 07 – Lotes vistoriados para alienação ou concessão		
Responsável	Diretoria Técnica - DITEC		
Fórmula	Quantidade de lotes vistoriados para alienação ou concessão		
Metas			
2022	3.000 Lotes para alienação ou concessão vistoriados	1º Trimestre	500
		2º Trimestre	1.000
		3º Trimestre	1.000
		4º Trimestre	500
2023	3.100		
2024	3.200		
2025	3.300		
2026	3.400		

Indicador	IE 08 – Lotes com concessão rural autorizada		
Responsável	Diretoria de Regularização Social e Desenv. Econômico - DIRES		
Fórmula	Total de concessões rurais autorizadas		
Metas			
2022	66 Concessões rurais autorizadas	1º Trimestre	15
		2º Trimestre	15
		3º Trimestre	15
		4º Trimestre	21
2023	73		
2024	80		
2025	88		
2026	96		

Objetivo nº 06: Ampliar os Negócios Imobiliários que Gerem Receitas Contínuas

Indicador	IE 09 – Prospecção de novos negócios		
Responsável	Diretoria de Novos Negócios - DINEG		
Fórmula	Estudos de demanda concluídos e apresentados em DIRET		
Metas			
2022	3 Estudos de demanda concluídos e apresentados em DIRET	1º Trimestre	0
		2º Trimestre	0
		3º Trimestre	2
		4º Trimestre	1
2023	1		
2024	0		
2025	0		
2026	0		

Indicador	IE 10 – Geração de Receitas		
Responsável	Diretoria de Novos Negócios - DINEG		
Fórmula	(Somatório de receita bruta dos projetos da DINEG) / (Total do orçamento inicial de investimento em infraestrutura urbana para o DF no ano anterior)		
Metas			
2022	Alcançar em receitas de projetos da DINEG 20% do total do orçamento de investimentos para o DF	1º Trimestre	5%
		2º Trimestre	5%
		3º Trimestre	15%
		4º Trimestre	20%
2023	25%		
2024	1%		
2025	15%		
2026	25%		

Objetivo nº 07: Gerar Valor Econômico para Investimentos Próprios e Apoio à Políticas de Governo do Distrito Federal

Indicador	IE 11 - Recuperação do valor do passivo relativo aos imóveis consolidados em alienação fiduciária		
Responsável	Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF		
Fórmula	Valor Total do passivo recuperado / Valor Total de passivo em imóveis		
Metas			
2022	100% do Valor total do passivo em imóveis recuperado até o dia 31/12/2022	1º Trimestre	100%
		2º Trimestre	100%
		3º Trimestre	100%
		4º Trimestre	100%
2023	Menor valor entre os seguintes: • 120% do passivo do ano anterior • Passivo do ano anterior + acumulado 1º sem. do ano corrente		
2024	Menor valor entre os seguintes: • 120% do passivo do ano anterior • Passivo do ano anterior + acumulado 1º sem. do ano corrente		
2025	Menor valor entre os seguintes: • 120% do passivo do ano anterior • Passivo do ano anterior + acumulado 1º sem. do ano corrente		
2026	Menor valor entre os seguintes: • 120% do passivo do ano anterior • Passivo do ano anterior + acumulado 1º sem. do ano corrente		

iii) Perspectiva "Processos internos"

Objetivo nº 08: Aprimorar os Mecanismos do Sistema de Governança da Terracap

Indicador	IE 12 - Índice de Governança Corporativa		
Responsável	Controladoria Interna - COINT		
Fórmula	Somatório de indicadores de Integridade, Compliance e Gestão de Riscos		
Metas			
2022	90% da nota total dos Indicadores de Integridade, Compliance e Gestão de Riscos	1º Trimestre	-
		2º Trimestre	-
		3º Trimestre	-
		4º Trimestre	90%
2023	92%		
2024	95%		
2025	98%		
2026	100%		

Objetivo nº 09: Comunicação

Indicador	IE 13 - Percepção da imagem da empresa pela mídia		
Responsável	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM		
Fórmula	$(N^{\circ} \text{ de pautas positivas} / \text{total de matérias positivas e negativas vinculadas na mídia}) * 100$		
Metas			
2022	80% de Pautas positivas na mídia	1º Trimestre	80%
		2º Trimestre	80%
		3º Trimestre	80%
		4º Trimestre	80%
2023	82%		
2024	85%		
2025	88%		
2026	90%		

Indicador	IE 14 - Ampliação da comunicação junto à população, por meio de mídias sociais - Facebook		
Responsável	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM		
Fórmula	Alcance das Publicações no Facebook		
Metas			
2022	6.000.000 usuários alcançados	1º Trimestre	1.500.000
		2º Trimestre	1.500.000
		3º Trimestre	1.500.000
		4º Trimestre	1.500.000
2023	6.200.000		
2024	6.500.000		
2025	6.700.000		
2026	7.000.000		

Indicador	IE 15 - Ampliação da comunicação junto à população, por meio de mídias sociais - Instagram		
Responsável	Assessoria de Comunicação Social - ASCOM		
Fórmula	Alcance das Publicações no Instagram		
Metas			
2022	720.000 usuários alcançados	1º Trimestre	180.000
		2º Trimestre	180.000
		3º Trimestre	180.000
		4º Trimestre	180.000
2023	740.000		
2024	760.000		
2025	780.000		
2026	800.000		

Objetivo nº 10: Ter Eficiência e Transparência na Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil, Tributária e de Controle Interno

Indicador	IE 16 - Inadimplência na Carteira Administrativa		
Responsável	Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF		
Fórmula	Percentual de inadimplência da carteira administrativa		
Metas			
2022	1,80% de inadimplência da carteira administrativa	1º Trimestre	1,80%
		2º Trimestre	1,80%
		3º Trimestre	1,80%
		4º Trimestre	1,80%
2023	1,78%		
2024	1,76%		
2025	1,74%		
2026	1,72%		

iv) Perspectiva "Crescimento e aprendizagem"

Objetivo nº 11: Desenvolver a Cultura Gerencial Orientada para Resultados

Indicador	IE 17 - Desempenho das metas estratégicas	
Responsável	Coordenação de Planejamento e Modernização - CPLAM	
Fórmula	Média do desempenho das metas estratégicas deste planejamento	
Metas		
2022	1º Trimestre	
	2º Trimestre	
	3º Trimestre	
	4º Trimestre	Alcançar 8% acima do valor do desempenho do planejamento medido no ano anterior
2023	Valor alcançado no ano anterior com acréscimo de 8%	
2024	Valor alcançado no ano anterior com acréscimo de 8%	
2025	Valor alcançado no ano anterior com acréscimo de 8%	
2026	Valor alcançado no ano anterior com acréscimo de 8%	

Objetivo nº 12: Desenvolver Conhecimentos, Habilidade e Atitudes Adequadas às Necessidades da Organização

Indicador	IE 18 - Percentual dos empregados da Terracap avaliados		
Responsável	Diretoria de Administração e Finanças - DIRAF		
Fórmula	Quantidade de empregados elegíveis à avaliação avaliados / quantidade de empregados elegíveis à avaliação da Terracap		
Metas			
2022	100% dos empregados avaliados	1º Trimestre	-
		2º Trimestre	-
		3º Trimestre	-
		4º Trimestre	100%
2023		100%	
2024		100%	
2025		100%	
2026		100%	

Objetivo nº 13: Prover Soluções Tecnológicas que Alavanquem os Negócios da Empresa

Indicador	IE 19 - Execução do Plano Diretor de TI		
Responsável	Assessoria de Informática - ASINF		
Fórmula	Percentual de necessidades/ações realizadas em relação ao planejado para ano		
Metas			
2022	70% de execução do PDTI	1º Trimestre	-
		2º Trimestre	-
		3º Trimestre	-
		4º Trimestre	70%
2023		75%	
2024		80%	
2025		85%	
2026		90%	

2.3 - DO ORÇAMENTO DA TERRACAP PARA 2022

a. R\$ **687.639.709,00** (seiscentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e trinta e nove mil setecentos e nove reais) para os **DISPÊNDIOS**, sendo:

- R\$ **600.000,00** (seiscentos mil reais) para despesas com modernização organizacional;
- R\$ **17.472.467,00** (dezessete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil quatrocentos e sessenta e sete reais) para despesas decorrentes de manutenção de bens imóveis da Terracap;
- R\$ **222.572.738,00** (duzentos e vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil setecentos e trinta e oito reais) para despesas destinadas a administração de pessoal;
- R\$ **62.582.890,00** (sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e dois mil oitocentos e noventa reais) para despesas referentes à concessão de benefícios a servidores;
- R\$ **263.684.558,00** (duzentos e sessenta e três milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e oito reais) para manutenção de serviços administrativos gerais;
- R\$ **12.236.406,00** (doze milhões, duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e seis reais) para gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação;
- R\$ **11.785.000,00** (onze milhões setecentos e oitenta e cinco mil reais) para despesas com publicidade e propaganda institucional;
- R\$ **1.000.000,00** (um milhão de reais) para despesas de publicidade e propaganda de utilidade pública;
- R\$ **100.000,00** (cem mil reais) para apoio à projetos culturais;
- R\$ **3.795.211,00** (três milhões, setecentos e noventa e cinco mil duzentos e onze reais) para despesas com realização da fiscalização de terras públicas;
- R\$ **150.000,00** (cento e cinquenta mil reais) para apoio a projetos diversos;
- R\$ **475.000,00** (quatrocentos e setenta e cinco mil reais) para despesas com a realização de atividades de comunicação e marketing;
- R\$ **100.000,00** (cem mil reais) para despesas com apoio a projetos esportivos;
- R\$ **15.000.000,00** (quinze milhões de reais) para gastos com execução de sentenças judiciais;
- R\$ **9.350.824,00** (nove milhões, trezentos e cinquenta mil oitocentos e vinte e quatro reais) para amortização e encargos da dívida pública contratada;
- R\$ **29.473.615,00** (vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta e três mil seiscentos e quinze reais) para despesas com ressarcimentos, indenizações e restituições de pessoal;
- R\$ **6.961.000,00** (seis milhões novecentos e sessenta e um mil reais) para participação acionária.
- R\$ **30.300.000,00** (trinta milhões trezentos mil reais) destinados a outros ressarcimentos, indenizações e restituições.

b. R\$ **305.494.126,00** (trezentos e cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil cento e vinte e seis reais) para os **INVESTIMENTOS**, sendo:

- R\$ **10.000.000,00** (dez milhões de reais) para construção de unidades de ensino fundamental;
- R\$ **6.763.023,00** (seis milhões, setecentos e sessenta e três mil vinte e três reais) para modernização de sistema de informação;
- R\$ **353.388,00** (trezentos e cinquenta e três mil trezentos e oitenta e oito reais) para realização de estudos e pesquisas;
- R\$ **600.000,00** (seiscentos mil reais) para realização do mapeamento remoto do território do DF;
- R\$ **1.500.000,00** (um milhão quinhentos mil reais) para implantação de reserva indígena;
- R\$ **841.397,00** (oitocentos e quarenta e um mil trezentos e noventa e sete reais) destinados à reforma de espaços esportivos - reforma do autódromo;
- R\$ **2.400.000,00** (dois milhões quatrocentos mil reais) para despesas de execução de obras de urbanização;
- R\$ **4.225.696,00** (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil seiscentos e noventa e seis reais) para elaboração de projetos;
- R\$ **23.732.666,00** (vinte e três milhões, setecentos e trinta e dois mil seiscentos e sessenta e seis reais) para regularização de parcelamentos urbanos;

- **R\$ 161.159.343,00** (cento e sessenta e um milhões, cento e cinquenta e nove mil trezentos e quarenta e três reais) para execução de infraestrutura em parcelamentos;
- **R\$ 11.300.000,00** (onze milhões trezentos mil reais) para implantação do parque Burle Marx;
- **R\$ 1.000,00** (um mil reais) para construção de viaduto;
- **R\$ 1.866.933,00** (um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil novecentos e trinta e três reais) para reforma de prédios e próprios;
- **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais) para construção de praças públicas e parques;
- **R\$ 14.470.924,00** (quatorze milhões, quatrocentos e setenta mil novecentos e vinte e quatro reais) para realização da política ambiental para parcelamento do solo;
- **R\$ 2.058.898,00** (dois milhões, cinquenta e oito mil oitocentos e noventa e oito reais) para realização de parcelamento rural;
- **R\$ 63.365.586,00** (sessenta e três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil quinhentos e oitenta e seis reais) para aquisição e recuperação de imóveis;
- **R\$ 355.272,00** (trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e dois reais) para aquisição de equipamentos.

TOTAL GERAL: R\$ 993.133.835,00 (novecentos e noventa e três milhões, cento e trinta e três mil oitocentos e trinta e cinco reais)

3.COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA – AUDIT

UNIDADE	CARGO	QUANTIDADE
AUDIT	Advogado	1
	Contador	2
	Assessor	1
TOTAL		4

3.1 Metodologia de cálculo das horas de atividades

Com base na força de trabalho disponível para o ano, calcularam-se as horas líquidas por ano para cada setor. Para se chegar ao valor das horas líquidas, foram excluídos (feriados, férias, abonos e recessos (Anexo 1)

4.O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – PAINT

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna foi elaborado com vistas a atender às diretrizes traçadas pela Controladoria Geral do Distrito Federal, Tribunal de Contas do Distrito Federal, diretrizes dos órgãos colegiados da empresa, normas internas e demais legislações aplicáveis à TERRACAP.

O Planejamento dos Trabalhos da AUDIT para o exercício de 2022 foi elaborado considerando basicamente os seguintes fatores:

1. Força de Trabalho;
2. Orçamento 2022 da Terracap;
3. Materialidade, relevância e criticidade, bem como o grau de eficiência ou fragilidade dos controles internos da empresa.

A seguir será apresentado o planejamento anual, levando-se em consideração a força de trabalho (horas-homem líquida), bem como a quantidade de procedimentos por atividade a serem realizados.

4.1 Detalhamento das Atividades relacionadas à AUDITORIA INTERNA - AUDIT

Resumo Anual das Horas de Trabalho - AUDIT			
Atividades	Quantidade de horas/ano	%	Quantidade de Procedimentos

Capacitação	658	9,33	Não se aplica
Auditorias	4.173	59,15	3(*)
Monitoramento e Supervisão	1.200	17	Não se aplica
Atividades Gerenciais e Administrativas	1.025	14,52	Não se aplica
TOTAL	7056	100%	

*Para a quantidade de 3 (três) auditorias possíveis de serem realizadas em 2022, foi feita reserva técnica de aproximadamente 30%, ou seja, aproximadamente 1 (uma) do total, destinadas a trabalhos não previstos. Para cada auditoria foi reservada a quantidade de 1.043 h/h para sua realização. Para a reserva técnica está sendo considerada a contratação de mais um empregado para a AUDIT em 2022.

Capacitação

Para capacitação foram alocadas aproximadamente 658 horas/ano, o que corresponde a aproximadamente 164 horas/ano para cada colaborador. Nessa atividade, a AUDIT pretende manter parcerias vigentes e iniciar novas, com outros órgãos, bem como, participar de seminários e congressos.

Auditorias

Quanto as 3 (tês) auditorias programadas para 2022, foi elaborado quadro detalhado, definindo tipo de auditoria, objetivo, materialidade, relevância, criticidade, qualificação, bem como previsão de início e fim dos trabalhos (Anexo 2).

Para definição das áreas a serem abordadas foi observado o Orçamento previsto para 2022 (custeio e investimento), bem como as diretrizes previstas no Planejamento Estratégico para período 2022 a 2026. Além disso, os riscos associados às áreas de interesse com base na experiência passada e históricos de problemas apontados pelos órgãos de controle.

Nessa linha foram escolhidos 3 temas:

1 - Análise dos controles primários do cumprimento da Lei LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

Com a criação da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), foram instituídas regras para a proteção de dados no País e está em vigor desde o dia 16/09/2020. Com isso, a utilização de dados pela sociedade moderna tem que se adequar, visto que a privacidade passou a ser considerada como um patrimônio.

Além disso, a nova Lei é aplicável a todas as pessoas jurídicas de direito público e privado, quando ocorrer o tratamento de dados de pessoal natural de pessoal natural com fins econômicos, pois os dados pertencem ao titular, e não às empresas, vedando assim o vazamento de dados. E busca promover uma cultura organizacional que estimula a conduta ética e o compromisso de cumprimento das leis.

A auditoria operacional visa avaliar a implementação das ferramentas para cumprimento da Lei no tocante à Terracap, incluindo rotinas, mecanismos e ampla divulgação para o corpo técnico, analisando assim os controles primários criados.

2 - Análise dos controles primários de execução de contratos

A Terracap possui muitos contratos que passam por administração predial, obras de infraestrutura, tecnologia da Informação dentre outros. Há algum tempo vem se observando que os acompanhamentos das execuções de uma forma geral tem sido muito analisadas pelo Controle Interno do GDF, em especial no que diz respeito ao acompanhamento e fiscalização deficiente do objeto contratado, incluindo o não acompanhamento de saldo contratual, a não observância dos limites de datas para prorrogações e aditivos como um todo, pesquisas de mercado frágeis, ausências de relatórios circunstanciados detalhados que comprovem a execução do objeto, designação intempestiva e desatualizada de fiscais, e conseqüentemente a instrução processual de acompanhamento.

A auditoria operacional visa analisar como um todo as dificuldades existentes nos controles primários tanto nas instruções processuais, como nas orientações ao executor, seu desempenho na tomada de decisão e iniciativa de ações corretivas visando identificar os possíveis gargalos das falhas.

3- Análise dos controles primários de execução de convênios

A Terracap possui convênios de algumas naturezas que merecem atenção, em especial no que diz respeito ao acompanhamento dos planos de trabalho pelo executor, e conseqüentemente, a confecção de prestação de contas, seja parcial ou final. Em recente levantamento realizado por esta AUDIT sobre os convênios, detectou-se um desalinhamento de informações no que diz respeito ao acompanhamento dos ajustes, incluindo prazos, fiscalização para cumprimento dos respectivos planos de trabalhos, e em especial a ausência de prestação de contas parcial e final dos instrumentos, por fim, conseqüentemente, uma deficiente instrução processual.

A auditoria operacional visa analisar como um todo as dificuldades existentes nos controles primários tanto nas instruções processuais, nos acompanhamentos dos instrumentos de convênios, como nas orientações aos executores, seu desempenho na tomada de decisão e iniciativa de ações corretivas visando identificar os possíveis gargalos das falhas.

Acompanhamento das contratações executadas pela empresa, conforme critérios de complexidade, materialidade e relevância do processo

Este acompanhamento será feito por amostragem, levando em consideração o quantitativo de contratações da Terracap, e os recursos disponíveis desta AUDIT, no decorrer do exercício.

Realização de testes periódicos em relação aos valores registrados como Receitas nas demonstrações financeiras da empresa, avaliando os registros efetuados nos exercícios financeiros em que tenham sido efetuadas as operações correlacionadas, comprovando-se a salvaguarda e confiabilidade dos informes e relatórios emitidos pela organização, com conseqüente geração de informações adequadas e oportunas, possibilitando identificação da correspondente entrada de fluxo financeiro, com a coordenação da GECOT e Auditoria Independente.

Apesar da Terracap já contar com a realização de testes realizados pela Auditoria Independente, o qual possui a avaliação dos registros efetuados nos exercícios financeiros, esta Auditoria Interna estudará a viabilidade de inserir análises de alguma rubrica da receita, a ser escolhida no 1º semestre de 2022.

Monitoramento CGDF, TCDF, AUDITORIA INTERNA e AUDITORIA INDEPENDENTE

CGDF/TCDF:

Já o monitoramento decorre de ações de controle que visam acompanhar as recomendações/planos de ação resultantes das auditorias realizadas na Terracap oriundas de trabalhos externos do TCDF ou da CGDF, atualmente já se encontram em monitoramento as seguintes auditorias:

- 1) **Processo sei nº 00480-00004002/2021-37** – Auditoria de Pessoal 2020;
- 2) **Processo sei nº 00480-00001195/2021-74** e **00480-00004748/2021-41** – Atos e fatos 2018 (monitoramento);
- 3) **Processo sei nº 00480-00004528/2021-17** - Auditoria de Conformidade objetivando a análise da Concessão de Uso de Bem Público nº 04/2020, para gestão, manutenção e operação/exploração da Torre Digital, entre a TERRACAP como Poder Concedente, e a TORRE DIGITAL FLOR DO CERRADO SPE Ltda., como concessionária;
- 4) **Processo sei nº 00480-00001456/2021-56** – auditoria na Execução do contrato de concessão do Pontão do Lago Sul entre a TERRACAP e a empresa EMSA S/A;
- 5) **Processo sei nº 00480-00005129/2019-59** – atos e fatos 2015 - (monitoramento);
- 6) **Processo sei nº 00480-00001158/2021-66** – Prestação de Contas Anual 2016 – (monitoramento);
- 7) **Processo sei nº 00480-00001159/2021-19** – Prestação de Contas Anual 2017 – (monitoramento);
- 8) **Processo sei nº 00480-00001757/2021-80** – atos e fatos 2019;
- 9) **Processo sei nº 00480-00003429/2021-18** - Auditoria de Conformidade objetivando avaliar a Concessão de Uso de Bem Público nº 38/2019 para gestão, manutenção, modernização e operação/exploração do Centro Esportivo de Brasília, entre a TERRACAP – como Poder Concedente – e a ARENA BSB SPE S/A, como concessionária;
- 10) **Processo TCDF nº15022/2019** – Auditoria de Desempenho/Operacional - Auditoria operacional realizada na Terracap, pelo Tribunal de Contas do DF, prevista no PGA/2019 tendo como objeto o cumprimento da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

AUDITORIA INTERNA

1. Auditoria no Pontão do Lago Sul - RELATÓRIO DE MONITORAMENTO N°: 0008 / 2017 – DIAUD

Relatório de Auditoria nº 20/2015-AUDIT

Processo nº 111.000.834/2015 - sobrestado

STATUS: Em análise na DINEG, com as seguintes considerações (Nota Técnica 6 - [61901068](#)):

2. Relatório de Auditoria Operacional Processos de arrecadação/receita - COINT/PRESI/TERRACAP - Portaria nº 30/2016-PRESI de 12 de fevereiro de 2016

Processo SEI nº 00111.00001893/2018 - 36

Pendências: DIRAF/GEARI - Aprovação da Norma Organizacional REC 11 que versa sobre os Procedimentos para a Consolidação da propriedade Fiduciária de imóveis em nome da Terracap e Anuência para registro de memorial de incorporação.

3. Auditoria Operacional objetivando a análise de atos e fatos relacionados ao direito de preferência nas licitações para venda de imóveis.

Relatório de Auditoria Operacional - Ordem de Serviço nº 005/2016 – COINT

Processo sei nº 00111-00019100/2017-54 (Físico nº 111.001.545/2016)

Pendência: conclusão das ações visando retomada de imóveis ocupados indevidamente de sorte a evitar concessão de direito de preferência a pessoas ou entidades em desacordo as normas internas.

4. Auditoria Operacional de avaliação nos controles primários dos processos e procedimentos relativos aos depósitos judiciais.

Relatório Preliminar de Auditoria Operacional – avaliação nos controles primários dos processos e procedimentos relativos aos depósitos judiciais. - Ordem de Serviço nº 07/2019-AUDIT/CONAD

Processo SEI nº 00111-00004701/2019-24 e Plano de Providências - 00111-00007236/2020-17

Pendências: Conciliação sendo feita pela COJUR em parceria com a GECOT.

6. Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os procedimentos relativos ao contingenciamento das ações judiciais - Ordem de Serviço nº 01/2020-AUDIT ([39906703](#))

Processo Sei nº [00111-00003132/2020-33](#)

Pendência Sugestão de atualização da Norma de Contingenciamentos de Ações Judiciais 6.1.2-A - em execução na DIJUR

7. - Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os procedimentos relativos ao IPTU - Ordem de Serviço nº 002/2020-AUDIT (39907729)

Processo Sei nº [00111-00003133/2020-88](#)

Pendência: levantamento preciso dos imóveis passíveis de tributação, estando em análise da DIJUR no que diz respeito aos tributos distritais e na Receita Federal quanto aos federais.

8. - Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os procedimentos para a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD - Ordem de Serviço nº 003/2020 - AUDIT (39908056)

Processo Sei nº [00111-00003135/2020-77](#)

Pendência: reforço do corpo técnico da GEARI

9 - Auditoria Operacional nos controles internos dos estoques de imóveis rurais

Processo Sei nº 00111-00004168/2021-15

Achados- Relatório preliminar apontou a urgência em se criar um GT para definição de atribuições, bem como criação de norma específica - em execução;

10 - Auditoria Operacional nos controles primários de gerenciamento de projetos da TERRACAP

Processo Sei nº 00111-00004170/2021-94

Pendências: Relatório final recomendou: redefinição baseada em estudo técnico, de acordo com cada área, para definição de metas mais conservadoras levando em consideração os desafios e condicionantes externas, com cronogramas de execução mais detalhados, para que possam ser cumpridas dentro dos prazos definidos, evitando assim atrasos nas entregas e reprogramações; aprimoramento da ferramenta utilizada gppv2 ou sistema equivalente, incluindo comandos de travamento em caso de metas não cumpridas com exigência de inclusão de justificativas detalhadas, e obrigatoriamente registro de plano de ação com cronograma e ciência do gestor; mais capacitação para utilização das ferramentas, incluindo acompanhamento da egest nos lançamentos mensais, visando o alinhamento das informações; acompanhamento permanente de representante da presi para reporte posterior à alta direção nas ações da egest, visando diagnosticar os gargalos nos projetos inscritos; designação de gerentes de projetos diversos dos revisores dos projetos em caso de não atingimento de resultados - em execução nas áreas;

11 - Auditoria Operacional nos controles internos do Gerenciamento da Carteira de Recebíveis

Processo Sei nº 00111-00004171/2021-39

Achados- Relatório preliminar apontou as seguintes recomendações: Criação de Grupo de trabalho votado a parametrização de mecanismos e rotinas atinentes às demandas judiciais que envolvam os recebíveis, a fim de garantir a adequada comunicação entre os envolvidos; Criação de relatórios fidedignos e especializados voltados à gestão do estoque, visando sua completude, a fim de mitigar erros e eventuais distorções nas demonstrações contábeis; Ajustes no fluxo de trabalho para os usuários das informações e estabelecimento de rotinas em conjunto para elaboração de fluxogramas, a fim de parametrizar a efetiva gestão da carteira de recebíveis da Empresa - impulsionar o pleito à DIMOG/CPLAM - atentar-se aos desdobramentos dos Processos [00111-00001834/2021-63](#), 00111-00002887/2019-87 e [0111-001075/2016](#), relativos à contratação de Sistema ERP; Estabelecimento objetivo dos proprietários dos riscos associados gestão da carteira de recebíveis - cobranças administrativas e judiciais; Estabelecimento de plano de providências no acompanhamento e no ajuizamento de ações com montantes relevantes, de acordo com critérios de materialidade; Atualização o mapeamento dos processos que envolvem bloqueios judiciais; Aperfeiçoamento da comunicação os departamentos jurídico, contábil e financeiro, no que tange às cobranças administrativas e judiciais; Atualização o mapeamento dos processos que subsidiam a gestão da carteira de recebíveis - impulsionar o pleito à DIMOG/CPLAM;

ANÁLISE PRÉVIA - GASTO COM PUBLICIDADE - Em cumprimento ao item II-h - Decisão TCCDF nº 1535/2020

Processo : 00111-00006074/2018-85

AUDITORIA INDEPENDENTE

Será parte do monitoramento os assuntos abordados pela Auditoria Independente no ano de 2021, referentes ao Controle Interno e Contábil, Tributos, Avaliação das Práticas Contábeis e Avaliação das Contingências com destaque para os temas:

Ressalva por limitação de escopo - Opinião da Auditoria Independente - 1º semestre/21:

* Desapropriações a recuperar e outros saldos mantidos aos acionistas

Pontos de atenção (posição 1º semestre 21):

* Ausência de controles entre contingências e depósitos judiciais;

* Ausência de elaboração e apresentação de demonstrações consolidadas;

* Contas sem movimento;

* Contas sem documentos suportes apropriados;

* Fragilidade no controle de estoques rurais;

* Fragilidade no processo de compras;

* Fragilidade de processos contábeis;

* Diferenças apresentadas nos testes de confronto;

- créditos de funcionamento - curto prazo;

- Depósitos judiciais;

COAUD

Também fará parte do monitoramento a auxílio ao COAUD no cumprimento do plano de ação estabelecido pelo Comitê. Segue abaixo a relação de atividades que a Auditoria Interna irá promover análises e acompanhamento ao longo de 2022 em auxílio ao cumprimento do Plano de Ação pelo COAUD:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ATIVIDADES	ÁREAS ENVOLVIDAS	FREQUÊNCIA
Discussão sobre a qualidade e precisão das informações do relatório financeiro trimestral.	DIRAF, COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Trimestral
Discussão sobre a qualidade e precisão das informações presentes nas demonstrações financeiras.	DIRAF, COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Trimestral
Análise do Relatório de Administração.	CPLAM, COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Anual
Análise do Relatório Anual ou Relatório Integrado.	CPLAM, COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Anual

GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

ATIVIDADES	ÁREAS ENVOLVIDAS	FREQUÊNCIA
Exame da análise feita pela administração sobre os controles internos da organização e suas deficiências.	COINT, AUDIT, Auditoria Independente e Comitê de Riscos.	Mensal
Avaliação do relatório sobre controles internos.	COINT, AUDIT, Auditoria Independente e Comitê de Riscos.	Trimestral
Discussão e monitoramento de exposição a riscos.	COINT, AUDIT, Auditoria Independente e Comitê de Riscos.	Trimestral
Discussão e monitoramento de exposição a riscos.	AUDIT, DIGER e Comitê de Riscos.	Trimestral

ÉTICA, CONFORMIDADE E INTEGRIDADE

ATIVIDADES	ÁREAS ENVOLVIDAS	FREQUÊNCIA
Avaliação do plano de conformidade/integridade para o ano corrente e revisão do plano do ano anterior	COINT, Comitê de Governança e Integridade.	Semestral
Avaliação de aspectos de conformidade, de integridade e legais, identificando temas que podem ter impacto nas demonstrações financeiras.	COINT, AUDIT, Auditoria Independente e Comitê de Governança e Integridade.	Trimestral
Avaliação dos programas antifraude e de conformidade/integridade da organização.	COINT, AUDIT, Auditoria Independente e Comitê de Governança e Integridade	Trimestral
Análise das transações com partes relacionadas.	DIRAF, AUDIT, COINT e Auditoria Independente.	Semestral

AUDITORIA INDEPENDENTE

ATIVIDADES	ÁREAS ENVOLVIDAS	FREQUÊNCIA
Revisão e aprovação do plano de trabalho da Auditoria Independente.	COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Anual
Acompanhamento e supervisão dos trabalhos da Auditoria Independente.	COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Trimestral
Análise dos comentários dos auditores independentes sobre os relatórios financeiros.	DIRAF, COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Trimestral
Avaliação da independência dos auditores externos.	COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Anual
Avaliação da qualidade do trabalho dos auditores independentes.	COINT, AUDIT e Auditoria Independente	Anual

OUTROS

ATIVIDADES	ÁREAS ENVOLVIDAS	FREQUÊNCIA
Acompanhamento da atuação, diligências e determinações/recomendações dos órgãos de controle interno/externo, especialmente TCDF e Controladoria do DF.	COINT e AUDIT	Trimestral

Auditoria Independente

Também fará parte do monitoramento o acompanhamento dos produtos apresentados pela Auditoria Independente, cujos trabalhos se iniciaram no ano de 2020 como escopo muito maior do que aquele que vinha sendo desenvolvido e acompanhado por esta Auditoria Interna, especialmente na análise do nível de governança que a Terracap se encontra, bem como sua adequação aos ditames da Lei nº 13.303/2016.

Os produtos previstos, pela Auditoria Independente e monitorados pela AUDIT, são os seguintes:

1	Auditoria das Demonstrações Financeiras e Contábeis individuais e consolidadas da TERRACAP, preparadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes aos meses de janeiro a Junho e janeiro a Dezembro.
2	Auditoria contábil de revisão trimestral, referente aos meses de Março, Junho e Setembro no âmbito da TERRACAP.
3	Auditoria de avaliação dos controles internos e gestão de riscos, referente aos meses de Março, Junho e Setembro no âmbito da TERRACAP.
4	Auditoria de avaliação tributária, referente aos meses de Março, Junho e Setembro no âmbito da TERRACAP.
5	Auditoria de avaliação do cumprimento das práticas contábeis aplicadas à Terracap.
6	Auditoria de revisão das atividades de ouvidoria, no âmbito da Terracap.
7	Auditoria de avaliação do cumprimento do programa de integridade, contemplando os procedimentos definidos e sua suficiência para cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, no âmbito da Terracap.
8	Auditoria de avaliação do cumprimento das políticas previstas na Lei nº 13.303/16 no âmbito da Terracap: <ul style="list-style-type: none"> • Partes Relacionadas • Distribuição de Dividendos • Pessoal • Porta Vozes • Divulgação de Informações

Gestão de Riscos

9	Auditoria de sistemas do ambiente de Tecnologia da Informação – TI da TERRACAP, com ênfase nos sistemas que integram as demonstrações financeiras e contábeis.
10	Auditoria de avaliação da ECF (Escrituração Contábil Fiscal).
11	Auditoria de avaliação e consistência da folha de pagamento de pessoal e as Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, compreendendo a análise de todos os documentos e cálculos que envolvem os salários, benefícios e provisões dos empregados e colaboradores da empresa.
12	Auditoria de revisão das Demonstrações Financeiras e Contábeis individuais e consolidadas da TERRACAP, preparadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes aos meses de janeiro a Dezembro de 2021.

Integridade, Risco e Compliance

Em relação a supervisão, considerando as alterações produzidas pela Lei nº 13.303/16 bem como os apontamentos da atual Auditoria Independente, o a auditoria interna propõe a supervisão dos seguintes procedimentos:

1. Aquisição e Implantação de sistema integrado de gestão empresarial (ERP).
2. Supervisão da implantação do programa de integridade
3. Supervisão da implantação do programa de riscos
4. Supervisão das atividades da área de compliance.

Por fim, as atividades gerenciais e administrativas, referem-se a atividades realizadas pela chefia da AUDIT, que compreendem desde a supervisão dos trabalhos efetuados, até a elaboração de relatórios gerenciais específicos, assim como, a construção e mapeamento dos processos relacionados às atribuições da área e outras atividades.

Para auxiliar nas atividades, a AUDIT utiliza os sistemas informatizados: GPE, GDO, SICOP, GPT e outros específicos (áreas técnicas) a depender do trabalho de auditoria.

5.MATRIZ DE COBERTURA DO ORÇAMENTO

As atividades acima propostas, sejam elas de auditoria, monitoramento ou assessoramento de ações de controle, resultam no nível de cobertura com desenvolvimento das atividades da AUDIT, da ordem de 99,85% em relação ao orçamento aprovado, conforme que consta no anexo III.

6.DISPOSIÇÕES GERAIS

O planejamento apresentado busca aproximar as atividades da AUDIT ao planejamento estratégico da Terracap. Foi levado em consideração as inovações e diretrizes previstas na Lei Federal nº 13.303/2016. Importante destacar que as atividades previstas neste PAINT privilegiam ações que buscam reforçar os princípios de Governança Corporativa e Gestão de Risco no âmbito da Terracap, no qual a AUDIT atuará por meio de supervisão e eventual correção de situações indesejáveis.

DENI AUGUSTO PEREIRA FERREIRA SILVA E SANTOS

Chefe da Auditoria Interna

7 - ANEXOS**7.1 - ANEXO I**

	(A) Qtd de	(B) dias úteis trabalhados	(C) = (A) * (B)	(D) = C * 12 quantidade de horas por ano (sem exclusões)	(E) quantidades de dias por ano a	(F) = (E) * (A) quantidades de horas por ano a excluir (feriados/férias/abonos/recessos)	G = (D) - (F) quantidade de horas

EMPREGADOS	horas por dia	no mês (Acordo coletivo)	quantidades de horas por mês		excluir (feriados/férias/abonos/recessos)		líquidas por ano
Claudia Tolentino	8	22	176	2112	43,5	348	1764
Deni Augusto	8	22	176	2112	43,5	348	1764
Myrla Montezuma	8	22	176	2112	43,5	348	1764
Pedro Luiz	8	22	176	2112	43,5	348	1764
TOTAL DE HORAS	36	88	704	8448	174	1392	7056

7.2 - ANEXO II

Item	Tipo de Auditoria	Objetivo	Materialidade	Relevância	Criticidade	Qualificação	Início	Fim
1	Operacional	Avaliar os controles primários e impacto do cumprimento da Lei LGPD .	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/06/2022	31/12/2022
2	Operacional	Avaliar os controles primários de execução de contratos.	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/06/2022	31/12/2022
3	Operacional	Avaliar os controles primários de execução de convênios	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/06/2022	31/12/2022
4	Supervisão	Supervisão do processo de aquisição e de implementação do sistema integrado de gestão empresarial (ERP)	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
5	Supervisão	Supervisão da implantação do programa de integridade *	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
6	Supervisão	Supervisão da implantação do programa de riscos *	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
7	Supervisão	Supervisão das atividades da área de <i>compliance</i> *	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
8	Supervisão	Acompanhamento das contratações executadas pela empresa, conforme critérios de complexidade, materialidade e relevância do processo, por amostragem.	Média	Média	Média	Risco médio	04/01/2022	31/12/2022
9	Monitoramento	Auditoria das demonstrações financeiras e contábeis individuais e consolidadas da TERRACAP, preparadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes aos meses de janeiro a junho e janeiro a dezembro	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
10	Monitoramento	Auditoria contábil de revisão trimestral, referente aos meses de março a dezembro, no âmbito da Terracap (4 trimestres).	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
11	Monitoramento	Auditoria de avaliação dos controle internos e gestão de riscos, referente aos meses de março e setembro no âmbito da Terracap	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
12	Monitoramento	Auditoria de avaliação tributária, referente aos meses de Março e Setembro no âmbito da TERRACAP.	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
13	Monitoramento	Auditoria de avaliação do cumprimento das práticas contábeis aplicadas à Terracap.	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
14	Monitoramento	Auditoria de revisão das atividades de ouvidoria, no âmbito da Terracap.	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022

15	Monitoramento	Auditoria de avaliação do cumprimento do programa de integridade, contemplando os procedimentos definidos e sua suficiência para cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, no âmbito da Terracap.	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
16	Monitoramento	Auditoria de avaliação do cumprimento das políticas previstas na Lei nº 13.303/16 no âmbito da Terracap: Partes Relacionadas Distribuição de Dividendos Pessoal, Porta Vozes, Divulgação de Informações Gestão de Riscos	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
17	Monitoramento	Auditoria de avaliação e asseguaração das rubricas contábeis referentes as provisões das contingências judiciais	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
18	Monitoramento	Auditoria de sistemas do ambiente de Tecnologia da Informação – TI da TERRACAP, com ênfase nos sistemas que integram as demonstrações financeiras e contábeis.	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
19	Monitoramento	Auditoria de avaliação da ECF (Escrituração Contábil Fiscal).	Média	Média	Média	Risco moderado	04/01/2022	31/12/2022
20	Monitoramento	Auditoria de avaliação e consistência da folha de pagamento de pessoal e as Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, compreendendo a análise de todos os documentos e cálculos que envolvem os salários, benefícios e provisões dos empregados e colaboradores da empresa	Média	Média	Média	Risco Moderado	04/01/2022	31/12/2022
21	Monitoramento	Auditoria de revisão das Demonstrações Financeiras e Contábeis individuais e consolidadas da TERRACAP, preparadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes aos meses de janeiro a Dezembro de 2021.	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
22	Monitoramento	Discussão sobre a qualidade e precisão das informações do relatório financeiro trimestral.	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
23	Monitoramento	Discussão sobre a qualidade e precisão das informações presentes nas demonstrações financeiras	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
24	Assessoramento ao COAUD	Análise do Relatório de Administração	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
25	Assessoramento ao COAUD	Análise do Relatório Anual ou Relatório Integrado	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
26	Assessoramento ao COAUD	Exame da análise feita pela administração sobre os controles internos da organização e suas deficiências	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
27	Assessoramento ao COAUD	Avaliação do relatório sobre controles internos	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
28	Assessoramento ao COAUD	Discussão e monitoramento de exposição a riscos	Média	Média	Média	Risco médio	04/01/2022	31/12/2022

29	Assessoramento ao COAUD	Discussão e monitoramento de exposição a riscos	Média	Média	Média	Risco médio	04/01/2022	31/12/2022
30	Assessoramento ao COAUD	Avaliação do plano de conformidade/integridade para o ano corrente e revisão do plano do ano anterior	Média	Média	Média	Risco médio	04/01/2022	31/12/2022
31	Assessoramento ao COAUD	Avaliação de aspectos de conformidade, de integridade e legais, identificando temas que podem ter impacto nas demonstrações financeiras	Média	Média	Média	Risco médio	04/01/2022	31/12/2022
32	Assessoramento ao COAUD	Avaliação dos programas antifraude e de conformidade/integridade da organização	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
33	Assessoramento ao COAUD	Análise das transações com partes relacionadas	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
34	Assessoramento ao COAUD	Revisão e aprovação do plano de trabalho da Auditoria Independente	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
35	Assessoramento ao COAUD	Acompanhamento e supervisão dos trabalhos da Auditoria Independente	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
36	Assessoramento ao COAUD	Análise dos comentários dos auditores independentes sobre os relatórios financeiros	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
37	Assessoramento ao COAUD	Avaliação da independência dos auditores externos	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
38	Assessoramento ao COAUD	Avaliação da qualidade do trabalho dos auditores independentes	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022
39	Assessoramento ao COAUD	Acompanhamento da atuação, diligências e determinações/recomendações dos órgãos de controle externo e interno, especialmente TCDF e CGDF	Alta	Alta	Alta	Risco Alto	04/01/2022	31/12/2022

* Em cumprimento à alínea "a" da Decisão CONAD nº 06-2022 - [84065061](#) .

Fonte: AUDIT

7.3 ANEXO III

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2022	
DISPÊNDIO	687.639.709,00
23.122.8208.2825.0001 - MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL	600.000,00
23.122.8208.2990.3873 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	17.472.467,00
23.122.8208.8502.8881 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	222.572.738,00
23.122.8208.8504.9687 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	62.582.890,00
23.122.8208.8517.9763 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	263.684.558,00
23.126.8208.2557.5183 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.236.406,00
23.131.8208.8505.8740 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	11.785.000,00
23.131.8208.8505.8741 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE UTILIDADE PÚBLICA	1.000.000,00
23.392.6219.4091.5825 - APOIO A PROJETOS CULTURAIS	100.000,00
23.541.6210.4146.0002 - REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	3.795.211,00
23.692.8208.4091.0017 - APOIO A PROJETOS DIVERSOS	150.000,00
23.692.8208.4237.0002 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	475.000,00
23.811.6206.4091.5826 - APOIO A PROJETOS ESPORTIVOS	100.000,00
28.846.0001.9001.6191 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	15.000.000,00
28.846.0001.9030.0003 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	9.350.824,00
28.846.0001.9050.7163 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	29.473.615,00
28.846.0001.9090.0001 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	6.961.000,00
28.846.0001.9093.0073 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.300.000,00

INVESTIMENTO	305.494.126,00
12.361.6221.5924.9330 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	10.000.000,00
23.126.8208.1471.5897 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	6.763.023,00
23.127.6207.3711.6189 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	353.388,00
23.127.6208.3163.0003 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	600.000,00
23.423.6208.1823.0001 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	1.500.000,00
23.451.6206.3048.9584 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS - REFORMA DO AUTÓDROMO	841.397,00
23.451.6209.1110.9883 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2.400.000,00
23.451.6209.1968.3194 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	4.225.696,00
23.451.6209.3160.0003 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	23.732.666,00
23.451.6209.5006.2917 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	161.159.343,00
23.451.6210.3006.0003 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	11.300.000,00
23.451.6216.5902.7785 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	1.000,00
23.451.8208.3903.9778 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.866.933,00
23.452.6206.1950.9494 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	500.000,00
23.541.6210.3159.0003 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	14.470.924,00
23.692.6201.3144.0001 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	2.058.898,00
23.692.6208.1085.0005 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	63.365.586,00
23.692.8208.3467.9578 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	355.272,00
TOTAL GERAL	993.133.835,00

Fonte: DIPLA

DENI AUGUSTO PEREIRA FERREIRA E SILVA

Chefe da Auditoria Interna



Documento assinado eletronicamente por **DENI AUGUSTO PEREIRA FERREIRA E SILVA - Matr.0002060-5, Chefe da Auditoria Interna**, em 11/04/2022, às 15:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=84144379 código CRC= **30A32D00**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM BLOCO F EDIFÍCIO SEDE - Bairro Brasília - CEP 70620-000 - DF

33421819

00111-00012799/2021-16

Doc. SEI/GDF 84144379

Criado por 92100028193, versão 4 por 92100020605 em 11/04/2022 15:29:07.